

CONVERSANDO COM MEUS
INTERLOCUTORES DE A FACE OCULTA
DO PARECERISTA: DISCUSSÕES ÉTICAS
SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE
MÉRITO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS¹

Sônia Gondim*

Penso que um dos fascínios da vida acadêmica é o de interagir com colegas dispostos a dialogar conosco para o enriquecimento de nossa visão de mundo. E é com satisfação que recebi do editor da O&S as contribuições de dois colegas que se prontificaram a comentar criticamente os argumentos por mim apresentados no texto homônimo a este, publicado na edição de *Idéias em Debate*, no número anterior desse periódico.

É curioso constatar que, ao lermos os comentários de nossos pares, tomamos consciência da importância do outro como interlocutor, sujeito ativo do processo de comunicação, que, ao apresentar sua interpretação do que dissemos, dá - nos a chance de reorganizar e justificar, com mais fundamentos, as nossas concepções. A esses meus privilegiados parceiros de discussão, os meus agradecimentos.

O objetivo principal desta tréplica é o de analisar os comentários críticos de meus colegas, Thiry-Cherques e Pena. Procurei organizá-la conforme os aspectos apontados, manifestando-me em relação a cada um deles e lançando mão, quando pertinente, de novos argumentos para melhor embasar o meu ponto de vista.

Concordo com Thiry-Cherques quando diz que o conceito central da filosofia de Dilthey (1833-1911) é a vida, e isso está também na base de sua concepção das ciências do espírito (o homem está imerso em um mundo historicamente em movimento).

Pisar terra firme no devir do desenvolvimento, alcançar um lugar definido em meio à variabilidade do ser vivo, na série ascendente desta, na qual tudo aparece como relativo e variável - com o fim de expressar algo de validade geral: esta é a missão da ética. Como poderíamos fazer outra coisa senão tomar nosso ponto de partida na natureza da vida anímica, a partir dos processos volitivos no ser humano! (DILTHEY, 1994, p. 67)

E é justamente pelo fato de elevar a vida como aspecto central de sua filosofia que Dilthey dota de sentido a proposição de que ela não é uma mera construção teórica do homem, mas sim a sua vivência. O homem não é um mero espectador diante da vida, mas vivencia as ações dos outros homens como um ser que também age. Em congruência com isso, seu sistema ético, portanto, só poderia ser interpretado à luz do conceito de vida, porque a compreensão do outro com o qual nos relacionamos é a compreensão de sua vida (NAPOLI, 2000). É somente na relação com o outro que a moralidade de nossas ações se vê definida, visto que, para agir com retidão para com ele, preciso compreender seu lugar histórico-sócio-cultural. "O

¹ *Dedico este texto ao meu amado e inesquecível pai, José Carneiro Gondim, falecido em maio deste ano, e para quem o exercício da medicina, o ensino da ética e a união da família constituíram sua razão de viver. Serei eternamente grata a você, pai, por tudo o que me ensinou e proporcionou nesses privilegiados anos de convivência.*

* Prof^a FFCH/UFBA e NPGA/UFBA

processo ético não se realiza no indivíduo isolado, mas, sim, na convivência social e histórica. O indivíduo não é um fim em si mesmo." (DILTHEY, 1994, p.30)

Dilthey desenhou uma antropologia centrada no conceito de vida, sustentada por um modelo tripartite – conhecimento (representação), sentimento e vontade - e integrado a partir da perspectiva histórica, expressa na experiência vivida, o que significa ser capaz de compreender o outro por meio do querer, sentir e agir, ou seja, do eu empírico. Só assim, sendo um ser por inteiro que experimenta, é possível interpretar o ato do outro, imitando e revivendo as experiências dos demais (NAPOLI, 2000).

Enfim, a experiência é o fator humano coletivizado, o meio pelo qual se torna viável a expressão da empatia e da compreensão, aspecto central das ciências humanas e do entendimento (ciências do espírito).

Meu ponto de vista é que, para uma boa apreensão da filosofia de vida de Dilthey, da qual deriva seu sistema ético e os conceitos por ele utilizados, tais como o de empatia, faz-se necessário familiarizar-se com o contexto de algumas das reflexões desse filósofo.

Sem querer me delongar, pois incorreria em uma digressão dispensável para os objetivos desta tréplica, gostaria de me ater à preocupação de Dilthey em distinguir as ciências do espírito das ciências da natureza. Tal distinção está sustentada, parcialmente, na diferença entre explicação e compreensão, a primeira, objetivo almejado pelas ciências naturais (descrever e obter nexos causais ou probabilísticos entre os fenômenos naturais), a segunda, objetivo das ciências do espírito (captar o significado da ação humana no contexto sócio-histórico e cultural que lhe dá sentido).

A explicação é um termo que une o prefixo "ex", que significa saída e conclusão, ao verbo "plicare", cujo sentido é dobrar e enroscar. A explicação seria definida, então, como uma ação de desdobrar, desenrolar, esclarecer e expor pormenorizadamente com o intuito de concluir algo. A compreensão, por sua vez, une o prefixo "com" ao verbo "prehendere ou praeendere", cujo sentido é o de agarrar, prender, tomar ou apoderar-se de algo. Compreensão seria definida, então, como uma ação de tomar conjuntamente o objeto pelo todo, ligando-o e atando-o a este todo que lhe dá sentido (BRAGAMICH, 2005). A empatia, por conseguinte, teria seu suporte no conceito de compreensão do outro e não no de explicação, ao visar a captação do outro no contexto em que está inserido.

Pena, um de meus interlocutores, deixa claro em seus comentários que concorda com as minhas recomendações práticas (âmbito moral) sem, entretanto, concordar plenamente com os princípios que as fundamentam (âmbito ético) e propõe uma nova articulação pautada principalmente na crítica do princípio da reciprocidade relacionada com o sentimento de empatia, que, a seu ver, seria insuficiente como fundamento ético para justificar a elaboração de um parecer detalhado de avaliação de mérito de trabalho científico. Embora Pena reconheça que a ética kantiana condene os sentimentos, acusando-os de "macular" a ação moral, admite um único tipo de sentimento, o de respeito, que seria suscitado pela própria razão, sendo, portanto, superior ao sentimento de empatia.

Se realmente consegui compreender as suas palavras, eu diria que o respeito ao outro provém do pensamento ambivalente: o homem como um ser livre e autônomo (digno de mérito) e, ao mesmo tempo, limitado e imperfeito (digno de compaixão). Conclui o seu argumento ao afirmar que o respeito repousa na virtude da humildade, ou seja, na consciência de se perceber limitado.

Eu indagaria de imediato, será que a humildade, virtude que dá sustentação ao respeito, o único sentimento, segundo Pena, admissível na moral kantiana, tem origem na razão *a priori* ou deriva da experiência de interação com outro? Ao estar propensa a defender esta última alternativa, eu recorreria novamente ao conceito de empatia. Do meu ponto de vista, se o respeito é admitido como um sentimento, é uma inclinação, tanto quanto a empatia. A condição de humildade me é dada pelo outro, e diria mais, pelo respeito mútuo, o que permite perfeitamente acolher o conceito de empatia, em que está em jogo a consciência de si e a consciência do outro.

Ao fazer menção à importância da consciência de si, Dilthey faz um comentário sobre o "respeito" no pensamento de Kant.

....A fórmula perfeita encontramos em Kant: 'Respeita cada homem como a ti mesmo, como um motivo em si!'. Menos perfeito surge em conteúdo real no imperativo categórico, já que este pretende derivar do mero conceito de razão a subordinação da vontade sob cada outro como lei respeitante de si mesmo. Porque são determinações ancoradas na vontade e nos sentimentos ligados a ela, os quais expressam em todo grupo de fatos: participação, simpatia, consciência de comunidade, consciência de solidariedade, respeito do outro como ser com ponto central de sentimento e vontade próprios amparado na consciência de si mesmo. (DILTHEY, 1994, p. 113)

O respeito em Kant é agir seguindo uma lei que se dá a apresentar nos seres racionais. O respeito é uma classe especial de sentimento, não influenciada pelas inclinações, mas pela razão. Para sentir respeito precisamos reconhecer que a lei é obrigatória. Para Dilthey, não obstante, o respeito existe a partir do sentimento com o outro – o reconhecimento do outro. Por meio do querer (vontade) o eu toma consciência do outro, porque ele se apresenta como uma outra vontade intermediando as relações sociais.

A meu ver, esta crítica feita por Pena encontra respaldo no fato de ele estar considerando a empatia apenas como capaz de suscitar sentimentos opostos de atração (simpatia) e de repulsa (antipatia), e não é este sentido do conceito que adotei e do que pude apreender sobre as concepções de Dilthey.

Embora a empatia seja um conceito originalmente aplicado ao mundo físico e transferido para o mundo humano, seu sentido original foi preservado. Trata-se de uma ação recíproca das coisas entre si ou sua capacidade de influenciarem-se umas às outras (ABBAGNANO, 1982). Usualmente também adquire o sentido de um sentimento de fusão emocional com outros seres animados e inanimados (podemos falar em empatia no plano estético) e, em alguns textos, é apresentado como sinônimo de simpatia. Mais congruente com a perspectiva teórica de Dilthey, usei o conceito de empatia no sentido da compreensão de que ninguém é indiferente aos outros. Respondemos a eles em termos de sentimento, pensamento e vontade (estrutura anímica). Empatia, antes de tudo, significa ser afetado pela presença do outro, sem necessariamente ter uma identidade emocional para com ele. A indiferença para o que acontece com o outro distante de mim, por exemplo, aquele estranho que morre em um trágico acidente, é decorrente em grande parte do desconhecimento do interior da respectiva pessoa. "Não devemos estranhar o fato de nenhum sentimento se fazer presente em nós, porque carecemos de todas as condições necessárias para gerar algum sentimento" (HORWICZ citado por DILTHEY, 1994 p.102). Dito de outro modo, a empatia é um conceito que adquire sentido na interação qualificada que estabeleço para com o outro. Uma vez que consigo me colocar no lugar dos entes queridos do morto a que me referi há pouco como exemplo, estabeleço empatia, e ainda que não tenha firmado uma identidade emocional (sentir a perda do morto com a mesma intensidade de seus entes queridos), sou capaz de compreender o que sentem por meio da minha estrutura anímica (pensando, sentindo e tendo força de vontade).

Compreendo também a crítica de Pena ao conceito de reciprocidade na medida em que o analisa apenas em uma de suas formas de manifestação - a do olho por olho e dente por dente -, tal como pude inferir a partir do exemplo citado em seus comentários. A reciprocidade a que me refiro é a do princípio universal de todas as coisas no mundo (físico, espiritual e humano), cujo ponto de partida, no contexto do mundo das relações humanas e do domínio ético, é a consciência de si: tratar o outro como penso que ele deveria me tratar caso venha a ocupar o seu lugar, a despeito de como ele efetivamente o tenha feito. Agir com displicência em relação a alguém, porque ele uma vez agiu assim para comigo, não é racional, e nisso concordo plenamente com Pena. Mas, pelo que pude entender de seus comentários, a reciprocidade dar-se-ia somente em condições de igualdade e partiria da ação do outro e não da minha: se alguém me trata bem, eu o trato bem, se alguém me trata mal, eu o trato mal. Segue dizendo que, se um autor apresenta um artigo "feito às pressas, sem revisão apropriada, com erros de normalização e digitação abundan-

tes”, isso justificaria um parecer igualmente displicente por parte do avaliador. Mesmo que o próprio Pena critique essa afirmativa, no que compartilho inteiramente com ele, não é a essa reciprocidade que me reporte.

Ao redirecionar estes meus comentários para a avaliação de méritos de trabalhos científicos, eu diria que o avaliador dá qualidade ao seu parecer quando consegue ser empático com o autor. Entendo, para isso, que ser empático significa apropriar-se do texto alheio, lendo-o e buscando seu sentido à luz da linha de argumentação e dos fundamentos teóricos apresentados pelo próprio autor. Tal apreensão me capacitaria a adotar o distanciamento necessário para proceder a críticas analíticas mais substantivas. Sem compreender o que o outro quer dizer e sem apreender o sentido de sua “fala situada no contexto”, o avaliador se vê impossibilitado de alocar sua crítica apropriadamente e agir com reciprocidade (mútua compreensão).

Somente à medida que o homem consegue se colocar no lugar do outro, ele pode agir moralmente apoiado em princípios éticos. A empatia nos aproxima do outro e nos torna solidário para com ele.

Um outro ponto crítico comentado por Pena em relação ao meu texto se refere à assimetria de poder entre avaliado e avaliador e, embora concorde com esta assimetria, nega a destituição de poder do avaliado. Seu argumento se apóia no fato de o avaliador “poder” submeter um texto de má qualidade, roubando uma fração de tempo precioso do avaliador, que deixa seus valiosos afazeres para se dedicar à leitura do manuscrito.

Embora creia que a apresentação de textos de má qualidade esteja se tornando mais comum, em decorrência, em parte, da pressão em atingir parâmetros quantitativos de produção acadêmica elevados, estou de acordo com Pena que isso seja um desrespeito para com o avaliador, e diria mais, um ato irresponsável, visto que uma ação responsável seria aquela que inclui a previsão de seus efeitos e a correção com base em tal previsão, o que, portanto, mantém uma íntima relação com o conceito de liberdade limitada. Discordo, no entanto, que isso altere a condição do poder a que me referi na relação entre avaliador e avaliado.

É inegável que ao redigir um texto de má qualidade o autor passa a ser co-responsável pela rejeição do mesmo (efeito previsível de sua ação), mas o poder de rejeitar ou aceitar, que é o que estava aludindo no artigo anterior de modo algum se transfere do avaliador para o avaliado. Não considerarei a dimensão de “autopoder” (poder sobre mim mesmo), mas do “heteropoder” (poder do outro sobre mim), que só se dá no âmbito das interações sociais, quando desempenhamos múltiplos papéis na sociedade. Ainda que o avaliado tome todos os cuidados e exerça plenamente o seu autopoder, ele não tem controle sobre a aceitação ou rejeição de seu trabalho pelo outro, a não ser que o outro lhe transfira tal poder, que não é o caso. Dito de outro modo, o poder na dimensão interpessoal é uma concessão formal (autoridade legalmente instituída), legítima (socialmente reconhecida) e/ou afetiva (sentimentalmente implicada).

Ainda que uma vez mais concorde com Pena de que deva ser dado tratamento igual para todos os autores de artigos submetidos a despeito da qualidade dos mesmos, discordo de que seja o sentimento de respeito o único a garantir isso, por ser dedutível *a priori*, pois não creio que isto se dê independente da experiência interativa com o outro. Parece que o meu ponto de vista caminha ao encontro de uma conclusão semelhante a de Pena, ao finalizar os seus comentários sobre o meu texto. Concordamos com os aspectos morais envolvidos na avaliação de mérito de trabalhos científicos, mas o mesmo não acontece com os nossos fundamentos éticos. O respeito (sentimento) e a razão fundamentam a ética kantiana na qual se apóia Pena; em contrapartida, a empatia e a compreensão (que integra sentimento, conhecimento e vontade) estão na base da ética de Dilthey, em que me apóio.

Por ora, retomo Thiry-Cherques, meu outro interlocutor, que avalia como leniente minha posição em relação aos editores. Contra-argumento dizendo que o fato de não ter analisado o papel dos editores neste processo, não quer dizer que eu tenha sido leniente, tão somente realizado uma opção de uma trilha de argumentos a ser seguida. Essa minha omissão se deve ao fato de ter optado por privilegiar o avaliador e

não o editor. Concordo inteiramente que aos editores cabe a responsabilidade pela escolha dos consultores *ad hoc* e a cobrança pelo cumprimento de prazos, bem como pela qualidade nos pareceres, mas sabemos que isso esbarra no problema de que, ao assumir um papel de intermediação entre os autores e os avaliadores, o editor se vê compelido a assumir uma posição de preservação dos avaliadores, considerados, a princípio, salvo melhor juízo, pessoas qualificadas para tão desafiadora tarefa.

Thiry-Cherques também criticou a ausência de sugestões práticas, considerando ingênuo o meu apelo à moralidade. A rigor, o texto foi propositalmente redigido para promover reflexões e não apresentar sugestões práticas de correção. Ao contrário, cultivo um receio de que o estabelecimento excessivo de regras pode gerar uma pressão para a aquiescência (concordância externa) sem impactos diretos para a internalização de valores. A título de exemplo, menciono a decisão de colocar radares em vias expressas da cidade em que circula um número elevado de pedestres. Os índices de acidentes podem até indicar diminuição, mas de modo algum a medida é garantia de interiorização da norma. Ao contrário, o que uma pesquisa recente revelou na cidade de Salvador, em uma via expressa que faz uso de radares fixos, foi que os motoristas memorizaram a localização dos equipamentos e, ao se distanciarem da zona de cobertura do radar, imprimiam velocidades em seus carros bem maiores que as habituais, talvez com o intuito de recuperar o tempo perdido até se aproximar de outro radar, quando a redução se tornava novamente necessária.

Há uma passagem em Dilthey (1994, p. 133) que expressa de modo claro o que quero dizer.

Segundo uma lei fundamental da vontade, volições regularmente repetidas produzem um acostumar-se....Ao incluir o uniforme na consciência, surgem as regras do agir...Quanto mais coisas transformemos um costume ou exercício, ou elevemos à categoria de regra, tanto mais descarregamos a vontade. Em lugar de constantes intervenções desta, sua ação se perpetua agora ponderadamente no costume ou na regra.

Antes que me apontem a aparente incoerência de incluir a citação anterior, eu diria que concordo que a instituição da regra é importante. A dificuldade reside, entretanto, em transformar a regra em costume e hábito, de modo que haja efetivamente um alívio da vontade. É a isso a que me referia, quando manifestei o meu receio de enfatizar no texto a incorporação de mais regras e normas.

Mesmo acatando a primeira e a terceira sugestões apontadas por Thiry-Cherques, a primeira atinente à codificação de textos, extensiva aos editores, e a terceira à duplicidade de pareceres e a auditoria externa, a segunda sugestão me parece difícil de ser operacionalizada, visto que a remuneração ou outro tipo de reconhecimento não simbólico para o avaliador, no caso de publicações brasileiras que dependem de financiamento público e são editadas por universidades ou entidades públicas, tornar-se-ia um entrave, colocando em risco a sua continuidade.

Enfim, a sensação que tenho, ao encerrar esta tréplica, é a de incompletude, quer seja pelo fato de ainda não haver respostas satisfatórias para todos os aspectos implicados neste processo, quer por ser um tema instigante e desafiador, merecendo ser levado bem mais adiante, por um período maior de tempo. Se a observância de princípios éticos fosse uma inclinação natural humana, não presenciáramos a luta cotidiana para com a corrupção, a indiferença diante da escandalosa iniquidade na distribuição de riquezas no mundo, assim como o desrespeito para com o destino de gerações futuras, ao sustentar decisões pautadas apenas em interesses econômicos e políticos.

Pelo que pude inferir dos comentários de meus privilegiados interlocutores, todos concordamos em envidar esforços para assegurar a observância de princípios éticos nas complexas relações que envolvem os papéis de avaliador e de avaliado no julgamento de mérito de trabalhos científicos. Quais serão os caminhos possíveis? Estarmos cômicos do escopo do problema a ser enfrentado já é um grande passo - e uma das razões que me motivaram a redigir sobre este tema foi justamente a de contribuir para a difundir essa discussão. Definir quais procedimentos adotar para editores, pareceristas, autores e toda a comunidade diretamente implicada é mais

um desafio com o qual nos deparamos. A única certeza que temos é a de que, quaisquer que sejam as alternativas, elas deverão ser construídas coletivamente e fruto de consenso, como toda ação social responsável.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Rio de Janeiro: Mestre Jou.

BRAGAMICH, Rubens – *Digressões acerca da idéia de compreensão*. Texto disponível no endereço http://www.ijsp.org.br/artigos/daic_rubens.html (consultado em 25 de junho de 2005)

DILTHEY, Wilhelm. *Sistema de ética*. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1994.

NAPOLI, Ricardo Bins. *Ética e compreensão do outro*. A ética de Wilhelm Dilthey sob a perspectiva do encontro interétnico. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.